

	Fórum Governamental de RESPONSABILIDADE SOCIAL	ATA DE REUNIÃO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
---	---	--

Identificação da Reunião

Número/Ano: 7ª Reunião – 15/06/2011			
Início: 9h30min		Término: 17h30min	
Local: Confederação Nacional do Comércio - CNC Setor Bancário Norte - Quadra 1, Bloco B, nº. 14 – 18º andar, Sala de Reuniões - Brasília / DF.			
Relator: Ricardo Mello			
Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Edson da Cunha	Petrobrás	(21) 9654-4909	ercunha@petrobras.com.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61)3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2169	ecocamara@camara.gov.br
Paula Barreto	BNDES	(21) 2172.6077	paula.barreto@bndes.gov.br
Patrícia Almeida Ashley	UFF	(21) 8101.8146	patriciaalmeidaashley@id.uff.br
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Stéfane Natália	SPM/PR	(61) 3411-4249 (61) 3411-5881	stefane.silva@spmulheres.gov.br
Maria Teresa Rezende	Inmetro / Dqual	(61) 3348-6300	mtrezende@inmetro.gov.br
Fábio José da Silva	TST	(61) 9999.2587	fabio.silva@tst.jus.br
Fabício Magalhães	MPOG	(61) 2020-1279	fabricao.magalhaes@planejamento.gov.br
Leodelma Félix	CGU	(61) 2020.6822	leodelma.felix@cgu.gov.br
Renato Simões	TRT 5ª Região	(71) 3319.7270	renatombsimoes@uol.com.br
Cristine Marcial	IBRAM	(61) 2024.4311	cristine.marcial@museus.gov.br
Andréa Bicalho	MCT	(61) 3411-5327	abicalho@mct.gov.br
Joseline Filippe	UNIPAM	(61) 3214.0214	joseline.filippe@sipam.gov.br
José Salvador Silva	Fundação Vanzolini	(11) 3836.6566	salvador@vanzolinicert.org.br
Danuz Mantuano	TRT 3ª Região	(31) 3238.7895	danuzapm@trt3.jus.br
Telma Firme	CSJT/TST	(61) 8119-1009	telma.firme@gmail.com
Luiz Augusto Vitali	MMA	(61) 2028.1535	luiz.vitali@mma.gov.br
Vanessa Maria Diniz	TRT 3ª Região	(31) 3238.7895	vanessld@trt3.jus.br
Haroldo Motta	ANATEL	(61) 2312-2336	hmotta@anatel.gov.br

Dilson José dos Santos	SERPRO	(61) 2021.8836	dilson-jose.santos@serpro.gov.br
Louise Ferreira de Souza	IBRAM	(61) 8526-9105	louiseambiental@yahoo.com.br
André Ferro	BNDES	(21) 2172.6352	aferro@@bndes.gov.br
Selma Martins	MPrevidência Social	(61) 2021.5763	selma.botelho@previdencia.gov.br
Kamila Oazem	MDIC	(61) 2027.7218	kamila.oazem@mdic.gov.br
Ricardo Mello	DATAPREV	(21) 3578.7789	ricardo.pmello@dataprev.gov.br
Evandro Resende	TCE/ TO	(63) 3232.5885	evandroor@gmail.com
Ana Júlia Ramos	Inmetro	(21) 3216.1090	ajramos@inmetro.gov.br
Maria Catharina Araújo	CNI	(61) 3317.9323	maraujo@cni.org.br

Pauta

- 1) Leitura e aprovação da Ata da Sexta Plenária do Fórum;
- 2) Aprovação do questionário para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas, por André Ferro, do BNDES;
- 3) “CATIR – Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede, o portal das comunidades virtuais do Governo Federal” – palestra e treinamento com Nyanne Araújo Bonifácio, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG;
- 4) Palestra “De organizações para mercados e territórios: uma reflexão para políticas públicas e empresariais em responsabilidade social”, por Patricia Almeida Ashley, professora do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense e ocupante da cátedra “Prince Claus Chair in Development and Equity” do International Institute of Social Studies of Erasmus University Rotterdam, Holanda;
- 5) Eleição da Coordenação do Fórum para o período de 2011/2012, nos termos do art. 6º do Regimento Interno do Fórum;
- 6) Informes dos Grupos de Trabalho;
- 7) Assuntos gerais.

1 – Abertura / Aprovação da pauta

A Plenária considerou dispensável a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada, com a exclusão da seguinte citação, por equívoco atribuído ao Sr. André Ferro, do BNDES: “O Sr. Andre Ferro, do BNDES, opinou que o Fórum, por ter forte viés de participação cidadã, poderá provocar o Poder Legislativo para a revisão das leis sobre temas da responsabilidade social que, muitas vezes, datam do século passado e caem em desuso por estarem desatualizadas”.

O Sr. Ricardo Mello enfatizou a necessidade de os participantes declinarem seus nomes antes das intervenções, evitando-se, assim, equívocos na identificação das vozes na gravação.

O Sr. Dilson José dos Santos, do Serpro, justificou sua ausência das plenárias anteriores por estar dedicado à revisão do programa de responsabilidade social de sua instituição e solicitou que lhe sejam enviadas as atas das três plenárias anteriores. O Sr. Ricardo Mello anunciou que todas as atas estão disponíveis no portal do Fórum no CATIR e que enviará as mais recentes diretamente ao Sr. Dilson José dos Santos.

A Sra. Ana Borges, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, previu que, após a palestra da Sra. Nyanne Bonifácio, da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a ser realizada no decorrer da presente sessão, os participantes

da Plenária estarão aptos a navegar pelo portal do Fórum no CATIR e acessar todas as suas facilidades de comunicação.

A Sra. Andréa Santini, do Inmetro, solicitou que, na lista de presença, sejam escritos de forma bem legível os contatos de telefone e e-mail, por ser aquela a base de registro dos contatos entre os membros do Fórum.

2) Aprovação do questionário para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas, por André Ferro, do BNDES.

Após as apresentações de cada participante, passou-se ao segundo item da pauta, em que o Sr. André Ferro discorreu sobre sua proposta de questionário para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições participantes do Fórum. Baseado em metodologias criadas e adotadas pelo BNDES, o questionário divide-se em quatro blocos temáticos: compromisso, planejamento e gestão, desempenho sustentável e contribuição com o desenvolvimento local.

O Sr. André Ferro explicou que as questões agrupadas sob o título “compromisso com a responsabilidade social e ambiental” visam a identificar o estágio em que a organização se encontra, em termos de formalização do seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, por meio da materialização de políticas; influência estratégica no planejamento e adesão a iniciativas ou pactos setoriais, nacionais ou internacionais de boas práticas, e as respostas aos quesitos do segundo bloco pretendem identificar o estágio em que cada organização se encontra no que tange ao planejamento e gestão da responsabilidade social e ambiental.

Segundo o Sr. André Ferro, os demais blocos criam condições para a avaliação do estágio em que a organização se encontra quanto às práticas de sustentabilidade e sua articulação com políticas públicas e comprometimento com o desenvolvimento local ou regional.

A Sra. Jacimara Machado, da Câmara dos Deputados, e a Sra. Paula Barsted, do BNDES, sugeriram que o questionário tenha um espaço dissertativo que permita à instituição narrar suas dificuldades e descrever impactos positivos e negativos. A Sra. Ana Borges propôs um espaço, no questionário, para informar ações em curso ou em planejamento e a missão da instituição.

O Sr. Edson Cunha, da Petrobras, ponderou que o questionário, embora seja de responsabilidade do Fórum, deverá mencionar o BNDES como sua origem.

Em resposta à Sra. Patricia Ashley, da Universidade Federal Fluminense, que indagou como o questionário será distribuído e quem deverá respondê-lo, o Sr. André Ferro informou que o questionário, por ser um instrumento interno, deverá ser distribuído aos representantes das instituições participantes do Fórum, a quem caberá definir a responsabilidade pelo seu preenchimento.

A Sra. Ana Julia Ramos, do Inmetro, indagou se haverá um campo para a identificação da natureza, estrutura, ramo de atividade e grau de complexidade da instituição, para melhor compreensão de suas informações.

O Sr. André Ferro completou que poderia ser incluída, também, citação da legislação aplicável a cada instituição.

O Sr. Fábio José da Silva, do Tribunal Superior do Trabalho, opinou que dificilmente uma instituição irá declarar para o Fórum os seus pontos negativos, que o questionário deverá ser respondido por pessoas credenciadas para tal, a critério do representante perante o Fórum, e que a finalidade do questionário deverá ser, sempre, a de propiciar que as organizações possam se auxiliar mutuamente na consecução das políticas de responsabilidade social.

A Sra. Andréa Santini assegurou que o questionário não tem por objetivo medir, comparar ou classificar as organizações, mas balizar e definir o campo de atuação da administração pública em

Responsabilidade Social, e auxiliar na troca de experiência das organizações e nos trabalhos do Fórum.

O Sr. Dilson José dos Santos, do Serpro, revelou que sentiu falta, na introdução do questionário, de uma declaração de suas intenções e possibilidades de utilização e que a administração de uma instituição precisará saber que as informações a serem remetidas ao Fórum têm o objetivo de viabilizar a cooperação entre as instituições públicas.

Foi deliberado que, após incorporar as diversas sugestões recebidas da Plenária, uma nova versão do questionário será apresentada pelo Sr. André Ferro à coordenação do Fórum até o próximo dia 20 de junho, para encaminhamento a todos os membros, com prazo para sugestões finais até o dia 28 de junho.

Foi deliberado, também que, até o dia 4 de julho, o Sr. André Ferro apresentará a versão definitiva para distribuição às instituições e que estas terão até o dia 5 de agosto para seu preenchimento e devolução e, até o dia 24 de agosto, e que, na medida do possível, as informações recebidas serão compiladas e apresentadas à próxima Plenária.

A Sra. Jacimara Machado, da Câmara dos Deputados, respondendo a indagação do Sr. Ricardo Mello sobre a real necessidade da premência que se quer impor à compilação dos questionários, avaliou que a compilação será um instrumento para a definição das dificuldades de uns e as facilidades de outros, favorecendo a ajuda mútua entre as instituições.

O Sr. André Ferro sublinhou que, face à diversidade de temas de responsabilidade social, a compilação poderá revelar os níveis de prioridade que o Fórum deverá dar a cada um, lembrando que a compilação não tem a pretensão de constituir uma análise científica ou uma nova metodologia de avaliação e, quanto à urgência em se estabelecer uma cooperação entre as instituições a partir do questionário, exemplificou com a necessidade de parceria para compras sustentáveis conjuntas.

A Sra. Ana Julia Ramos declarou que, nesse tipo de levantamento, o quantitativo é tão importante quanto o qualitativo, pois, em sua opinião, é preciso conhecer quem e quantos estão fazendo o que e como.

O Sr. Dilson Jose dos Santos sugeriu que, em um anexo ao questionário, as instituições possam declarar o que já estão em condições de compartilhar, citando que o Serpro recentemente desenvolveu um sintetizador de voz para o sistema Linux, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, de grande utilidade para pessoas cegas, e poderia compartilhá-lo com outras instituições. Em apoio, a Sra. Patricia Ashley frisou ser essencial para a ação do Fórum saber o que se está fazendo e o que se tem condições de fazer.

O Sr. Evandro Resende, do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, enfatizou a importância do compartilhamento das boas práticas na administração pública para que se obtenha resultados permanentes nas iniciativas de responsabilidade socioambiental.

3) “CATIR – Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede, o portal das comunidades virtuais do Governo Federal”

A Sra. Nyanne Bonifacio, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, explanou detalhadamente as finalidades e demonstrou o funcionamento do portal CATIR – Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede, respondendo, também a perguntas da Plenária.

A Sra. Patricia Ashley propôs que, além do portal, o Fórum conte, também, com um sitio próprio na internet, com “link” para o CATIR. A Sra. Andrea Bicalho, do Ministério da Ciência e Tecnologia, lembrou que um sitio envolve hospedagem e manutenção e, se não houver um responsável, logo perderá a atualidade e o interesse.

Seguiu-se amplo debate acerca do interesse em utilizar-se, além do portal, de outras ferramentas ou não. Decidiu-se que inicialmente o Fórum adotará o portal CATIR para postar os documentos e troca de informações, o que não impede que outras pessoas que tenham interesse e disponibilidade estudem outras formas de comunicação e interação e as apresentem ao Fórum.

O Sr. André Ferro solicitou que a apresentação do CATIR seja enviada aos membros do Fórum para melhor aproveitamento da exposição feita pela Sra. Nyanne Bonifacio.

A Sra. Ana Borges informou que a coordenação enviará ao Sr. Fabrício Magalhães a listagem de pessoas que não têm no seu endereço de email a extensão "gov" para que possam ter acesso à página do Fórum no CATIR.

4) Palestra "De organizações para mercados e territórios: uma reflexão para políticas públicas e empresariais em responsabilidade social".

A apresentação completa estará disponível no CATIR.

A Sra. Patricia Ashley iniciou sua exposição relatando que pesquisa o tema das organizações responsáveis desde 1999 e anunciou que o Brasil hoje está bastante avançado em termos de responsabilidade social e pode ministrar ensinamentos sobre o tema aos demais países. A professora da UFF alertou que, pelo modelo de mercado mundial não ser sustentável, as empresas não conseguirão sustentar suas estratégias de responsabilidade social de forma isolada do mercado. Para ela, organizações responsáveis precisam estar inseridas em mercados responsáveis, apoiados em políticas públicas igualmente responsáveis, que criem condições de empreendedorismo responsável e fomentem toda uma lógica organizacional e de mercado para a produção e consumo sustentáveis, de forma a se conscientizar e viabilizar economicamente as empresas alinhadas com a responsabilidade social.

A Sra. Patricia Ashley discorreu sobre as abordagens adotadas pelas organizações frente aos desafios da responsabilidade social, explicando as diferenças entre visões e abordagens.

A palestrante identifica a cultura, o desenvolvimento da cidadania e a qualidade e a necessidade de uma reforma para a atualidade do marco-legal pró-responsabilidade social e sustentabilidade como as variáveis que modelam os avanços de políticas públicas e empresariais em responsabilidade social. Nesse sentido, propõe o alinhamento das políticas públicas, das políticas empresariais e das organizações sem fins lucrativos em sua orientação para o interesse coletivo de modelos de desenvolvimento orientado para mercados e territórios sustentáveis, considerando a qualidade social e ambiental como o grande desafio a ser enfrentado ou a meta a ser alcançada nos campos social, ambiental, econômico, político, institucional e do desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

A Sra. Patricia Ashley explicou os objetivos do programa de políticas públicas territorializadas, do governo federal, "Territórios da Cidadania" como exemplo de arranjo de governança multiatores e multinível para a integração de políticas públicas e empresariais de responsabilidade social e sustentabilidade.

Ao defender a revisão das leis ultrapassadas como um dos primeiros passos da ação institucional, a Sra. Patricia Ashley considera essencial redefinir o marco legal brasileiro a partir da modificação das leis que não incorporem parâmetros de diferenciação para a responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, e a priorização, nas pautas de discussão e votação, dos projetos de lei que estejam orientados para a responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

A Sra. Patricia Ashley propôs, também, incluir temas de responsabilidade social nos atuais tratados e acordos de cooperação bilaterais, regionais e multilaterais e criar e articular fóruns de debates, além de incorporar, nos planos plurianuais, parâmetros diferenciais de receitas e despesas no orçamento público, favorecendo a criação de uma economia "verde" socialmente justa, inclusiva, transparente e com respeito ao patrimônio público, cultural, ambiental e intergeracional, e implantar uma reforma

tributária com alíquotas diferenciadas para a responsabilidade social e sustentabilidade em financiamentos, investimentos em infra-estrutura, tributação sobre patrimônio e renda e demais fluxos econômicos de bens e serviços.

A Sra. Patricia Ashley defendeu, ainda, a criação de políticas diferenciadas para fomento e financiamento e investimento públicos, com critérios para seleção de projetos, parceiros, investidores e fornecedores que desenvolvam e apliquem tecnologias sociais e ambientais na rede de fornecedores e compradores, com respaldo em políticas de compras governamentais, de investimento em infraestrutura, de comércio internacional, de financiamento público e privado, e de participação em empresas como investimento institucional e o fomento a projetos de pesquisa, de tecnologia e de inovação, ao lado de políticas para a educação básica, profissional, superior e de pós-graduação alinhadas com a educação e gestão de instituições de educação para a responsabilidade social e sustentabilidade.

Como artigo de referência sobre a palestra, distribuiu cinco exemplares da edição n. 23 da Revista Plurale em que foi publicado o artigo “Responsabilidade social no Brasil: Tecendo os fios, desatando os nós”, o qual também pode ser acesso online no website <http://www.plurale.com.br>.

Em seguida à apresentação abriu-se a palavra à plenária:

Em resposta ao Sr. Ricardo Mello, que indagou sobre sua visão acerca dos sistemas de certificação em responsabilidade social e os riscos da possível formação de uma indústria de certificações que acabe por criar uma disputa de mercado capaz de desvirtuá-la, a Sra. Patricia Ashley explicou que a certificação em responsabilidade social, como prevista na norma ABNT NBR 16001, poderá ser útil como comprovação da materialidade do discurso, ainda mais ao estar alinhada com as diretrizes da ISO 26000, contribuindo como instrumento importante de formação de uma cultura de responsabilidade social em sistemas de gestão. Entretanto, precisa também estar acompanhada de sua difusão por meio da educação e formação profissional orientada para a responsabilidade social e sustentabilidade, a partir de inovação curricular nos cursos superiores e cursos profissionalizantes, realização de programas de formação continuada de gestores, membros de conselhos de administração e investidores.

A palestrante citou o exemplo da British Petroleum que, mesmo com seu reconhecido trabalho em responsabilidade social, não foi capaz de evitar o desastre ecológico no Golfo de México e enfatizou que a divulgação de experiências bem sucedidas é importante por dar visibilidade didática às boas práticas, mas normas, diretrizes, certificações e prêmios não são suficientes para garantir excelência na prática da responsabilidade social quando os mercados não estão apoiados em marcos legais pró-responsabilidade social e sustentabilidade, como foi o caso da desregulamentação da indústria do petróleo nos EUA.

A Sra. Andréa Santini afirmou considerar positivo o fato de a ISO 26000 não ser certificável, pois isto permitiu que esta tivesse uma abordagem mais abrangente e profunda, cumprindo um papel fundamental como marco de entendimento comum no tema, fruto de amplo consenso de âmbito internacional. Ressaltou que a norma nacional, NBR 16001, esta sim, de certificação, irá passar por processo de revisão buscando se aproximar da ISO 26000. Espera com isso que mais empresas busquem a adesão à norma.

Discorrendo sobre as dificuldades de entendimento entre os próprios órgãos de governo, o Sr. Dilson Jose dos Santos informou que vem tentando, sem êxito, obter o reconhecimento da Universidade Corporativa do Serpro perante o Ministério da Educação ou o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. Segundo o Sr. Dilson Jose dos Santos, embora a Universidade Corporativa esteja apta a formar cidadãos de qualquer nível de instrução, não conseguiu ainda obter o apoio de uma instituição certificadora, o que o fez buscar apoio no Congresso Nacional para a elaboração de leis que permitam a organizações estatais serem utilizadas na execução de políticas públicas de cidadania.

Para ele, falta aos entes públicos algo que sobra na sociedade – a solidariedade – e aproveitou para anunciar que o Serpro, após amplo debate interno, criou a atual Coordenação de Responsabilidade Social e Cidadania para marcar a abertura de um canal direto com a sociedade.

Em resposta, a Sra. Patricia Ashley apresentou a sugestão da criação, pelo Fórum, de um “banco de práticas” em responsabilidade social, compartilhando iniciativas e aproximando parceiros, onde os participantes possam encontrar o que procuram, e lembrou que a Universidade Corporativa do Serpro talvez possa encontrar apoio na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

A Sra. Ana Julia Ramos explicou que o foco da NBR 16001 não era a certificação e que a norma possui uma visão sistêmica voltada para a gestão muito semelhante ao modelo de redes, assim entendido como partes que se interrelacionam e interagem para um mesmo fim, e que deveria ter merecido uma norma de diretrizes que a interpretasse, tornando, assim, mais fácil seu entendimento e, por conseguinte, sua aplicação pelas organizações.

O Sr. Fabio Jose da Silva comentou diversos pontos abordados pela palestrante, comparando-os ao pioneirismo do ecologista gaúcho José Lutzenberger nas questões ambientais, e concluiu pela urgente necessidade de se estabelecer uma clara coordenação entre as leis e normas, as atitudes das empresas e as ações de governo, aliada a uma constante orientação aos cidadãos, como caminho para que sejam superadas as múltiplas barreiras que ainda impedem a execução de uma verdadeira política estratégica de responsabilidade social no Brasil.

O Sr. Evandro Resende, do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, após lembrar os estudos sobre sustentabilidade formulados pelo professor Samuel Benchimol ainda na década de 90, propôs o estabelecimento de parcerias com as concessionárias de transporte coletivo para a cessão de veículos que conduzam crianças às escolas e apontou, como bom resultado de política pública de combate à corrupção, o fato de que, no seu estado, tem ouvido que “não está mais valendo a pena ser político” porque a malversação de recursos públicos vem sendo combatida severamente pelas entidades fiscalizadoras, que investigam os desvios e bloqueiam bens dos maus gestores.

5) Eleição da Coordenação do Fórum para o período de 2011/2012, nos termos do art. 6º do Regimento Interno do Fórum.

O Sr. Ricardo Mello passou ao item seguinte quarto da pauta, com a eleição da nova coordenação do Fórum para o período 2011/2012, nos termos do art. 6º do Regimento Interno. Sob a argumentação de que a nova coordenação deverá contar com a participação de um representante de cada Poder, o Sr. Ricardo Mello indicou o nome da Sra. Jacimara Machado, da Câmara dos Deputados, propondo, ainda, a recondução das atuais coordenadoras, Sras. Andréa Santini, do Poder Executivo, e Ana Borges, do Poder Judiciário, como reconhecimento pelo trabalho realizado pela atual coordenação do Fórum.

O Sr. Ricardo Mello manifestou sua satisfação por ter contribuído para a criação e organização do Fórum e estar convicto de que o colegiado continuará em seu caminho de estuário de conhecimentos e experiências, como uma permanente mesa redonda sobre os grandes temas da responsabilidade social. Declarando-se um agente do Estado permanentemente comprometido com as melhores práticas da responsabilidade social e, em especial, com a ética e a transparência, o Sr. Ricardo Mello despediu-se da coordenação com a sugestão de que, na próxima reforma do regimento interno, sejam também reconhecidos como membros do Fórum os especialistas, os colaboradores e os observadores, vaticinando que, muito em breve, o colegiado terá condições plenas de se transformar no grande Fórum Nacional de Responsabilidade Social, unindo representantes das áreas pública e privada, da sociedade civil e da universidade.

Após diversas manifestações elogiosas da Plenária acerca da atuação do Sr. Ricardo Mello à frente do Fórum, foram eleitas coordenadoras, por aclamação, as Sras. Andréa Santini, Ana Borges e Jacimara Machado para o período 2011/2012.

O Sr. Dilson Jose da Silva aconselhou que, na reforma do regimento interno, seja estabelecido um mecanismo de renovação da coordenação de um terço a cada ano, para propiciar a renovação gradual da equipe, já que a substituição dos três coordenadores de uma só vez acarretaria descontinuidade das ações e da memória do Fórum.

6) Informes dos Grupos de Trabalho.

A Sra. Ana Borges anunciou que o grupo que se dedica à organização dos eventos da Semana Nacional de Responsabilidade Social já recebeu os primeiros orçamentos e resta acertar detalhes de alguns eventos, ressaltando que o grupo conta com a experiência do Sr Fabricio Magalhães e passará a ter, também, a colaboração do Sr. Evandro Resende.

A Sra. Ana Borges comunicou que a coordenação do Fórum e o Sr. Geraldo Abreu, da A3P, acertaram a realização de trabalho conjunto no grupo de trabalho de implementação da ISO 26000 na administração pública.

A Sra. Andrea Santini apresentou à Plenária a proposta de texto do acordo de cooperação e respectiva exposição de motivos, para institucionalização do Fórum, compilada pelo grupo de trabalho com as emendas enviadas pelos participantes.

A Sra. Ana Borges lembrou que o texto já havia sido aprovado na Plenária anterior e que voltava à pauta porque havia sofrido emendas. A Sra. Andrea Santini sugeriu que a Plenária examine os textos e os aprove nesta sessão, com as emendas que entender necessárias, evitando-se qualquer adiamento da decisão.

Após debates que resultaram na incorporação de emendas apresentadas pela Plenária, foram aprovados s textos do Acordo e da Exposição de Motivos, que seguem em anexo.

7) Assuntos gerais.

A Sra. Ana Borges anunciou que o Fórum foi convidado a participar da organização do seminário “Diálogos Nacionais”, que ocorrerá em Brasília no dia 4 de julho de 2011, como evento preparatório para a conferência “Rio+20” e que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho criou um grupo de trabalho para elaboração de manual que visa incluir critérios de sustentabilidade nas contratações e licitações sustentáveis nos órgãos da Justiça do Trabalho, cuja primeira reunião será nos dias 16 e 17 de agosto, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, precedida pelo I Encontro de Compras Públicas Sustentáveis da Justiça do Trabalho, com a presença de representantes do Tribunal de Contas da União, da Advocacia Geral da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre outros, para o qual convidou a todos. Informou também que o CSJT planeja um ciclo de videoconferências sobre os temas da ISO 26000.

O Sr. Fabrício Magalhães informou que um grupo de advogados da AGU está lançando o livro “Licitações e contratações públicas sustentáveis”.

A Sra. Christine Marcial, do Instituto Brasileiro de Museus, anunciou que sua instituição formou uma comissão para a implantação da A3P, a Agenda Ambiental da Administração Pública.

Em nome da coordenação do Fórum, o Sr. Ricardo Mello agradeceu aos participantes pela presença, à Confederação Nacional do Comércio, pela cessão de suas instalações, anunciando que a próxima Plenária será realizada no dia 24 de agosto de 2011, em local a ser definido e previamente anunciado. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sétima Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social,

Coordenação do Fórum

Inmetro – CSJT – Dataprev